

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 118 – janeiro /2010

Período de: 12.12.2009 a 31.12.2009

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Decreto n. 7.032	DOU, 15.12.2009	Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009, que altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.	Base de legislação, disponível no site www.planalto.gov.br , opção legislação
Lei n. 12.120	DOU , 16.12.2009	Altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.	
Lei n. 12.121	DOU , 16.12.2009	Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.	
Lei n. 12.122	DOU, 16.12.2009	Altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.	

LEI N. 12.125	DOU, 17.12.2009	Acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispensar, nos embargos de terceiro, a citação pessoal.
Lei n. 12.126	DOU, 17.12.2009	Dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais.
Lei n. 12.133	DOU de 18.12.2009	Dá nova redação ao art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.
Lei n. 12.137	DOU, 21.12.2009	Altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
Decreto n. 7.046	DOU, 23.12.2009	Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
Lei n. 12.153	DOU de 23.12.2009	Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
Decreto n 7.048	DOU, 24.12.2009	Dá nova redação ao art. 115 do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.

Decreto n. <u>7.052</u>	DOU, 24.12.2009	Regulamenta a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas.
M. PROVISÓRIA 474	DOU, 24/12/2009	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010 e estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2011 e 2023.
M . PROVISÓRIA 475	DOU, 24/12/2009	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011.
Decreto n. 7.054	DOU, 29.12.2009	Altera o § 1º do art. 11 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
M.PROVISÓRIA 478	DOU, 29/12/2009 EDIÇÃO EXTRA	Dispõe sobre a extinção da Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, altera a legislação tributária relativamente às regras de preços de transferência, e dá outras providências.
Decreto n. 7.060	DOU, 30.12.2009 - Edição extra	Altera o Anexo V do Decreto nº 6.890, de 29 de junho de 2009.
Decreto n. 7.061	DOU, 30/12/2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, e dá outras providências.
LEGISLAÇÃO ESTADUAL		

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Decreto nº 45.242	Jornal Minas Gerais, 12.12.2009	Regulamenta a gestão de material, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.	Jornal Minas Gerais impresso, disponível nas Bibliotecas do Tribunal ou
LEI N. 18.579	Jornal Minas Gerais, 15.12.2009	Altera a Lei n. 14.066, de 22 de novembro de 2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis.	Base de legislação, disponível no site www.alemgo.gov.br/legislacao .
LEI N. 18.581	Jornal Minas Gerais, 15.12.2009	Institui o Adicional de Desempenho – ADE – no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	
LEI N. 18.586	Jornal Minas Gerais, 16.12.2009	Torna obrigatória a afixação, nas dependências dos serviços notariais do Estado, de cartaz com informação sobre o direito de se realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública.	
Decreto n. 45.244	Jornal Minas Gerais, 16.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
Decreto n. 45.245	Jornal Minas Gerais, 16.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002 e dá outras providências.	

Decreto n. 45.246	Jornal Minas Gerais, 16.12.2009	Altera o Decreto n. 44.844, de 25 de junho de 2008, que estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental I de funcionamento, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicações de penalidades.	
Decreto n. 45.248	Jornal Minas Gerais, 16.12.2009	Dá nova redação aos incisos I e II do art. 3o. do Decreto n. 45.030, de 29 de janeiro de 2009, que altera o Regulamento de ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	
Decreto n. 45.250	Jornal Minas Gerais, 19.12.2009 RETIFICADO no Jornal Minas Gerais de 23.12.2009.	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
Decreto n. 45.251	Jornal Minas Gerais, 19.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002 e dá outras providências.	
Decreto n. 45.252	Jornal Minas Gerais, 22.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
Decreto n. 45.253	Jornal Minas Gerais, 22.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002 e dá outras providências.	

Decreto n. 45.254	Jornal Minas Gerais, 22.12.2009	Altera o Regulamento das Taxas Estaduais, aprovado pelo Decreto n. 38.886, de 1o. de julho de 1.997.
Decreto n. 45.255	Jornal Minas Gerais, 22.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 43080, de 13 de dezembro de 2002.
Lei complementar n. 109	Jornal Minas Gerais, 23.12.2009 RETIFICADA no Jornal Minas Gerais de 24.12.2009	Altera a Lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, a Lei Complementar n. 76, de 13 de janeiro de 2004, a Lei complementar n. 95, de 17 de janeiro de 2007, e a Lei Delegada n. 37, de 13 de janeiro de 1989.
Decreto n. 45.257	Jornal Minas Gerais, 23.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 43080, de 13 de dezembro de 2002.
Lei n. 18.678	Jornal Minas Gerais, 24.12.2009	Acrescenta dispositivo ao art. 30. da Lei n. 16.279, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado.
Lei n. 18.679	Jornal Minas Gerais, 24.12.2009	Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.
Lei n. 18.681	Jornal Minas Gerais, 24.12.2009	Torna obrigatória a identificação da voltagem em imóveis novos, nos termos que especifica.

Lei complementar 110	Jornal Minas Gerais, 29.12.2009	Altera a Lei complementar n. 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	
Lei n. 18.685	Jornal Minas Gerais, 30.12.2009	Torna obrigatória a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública	
Decreto n. 45.271	Jornal Minas Gerais, 30.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002, e dá outras providências.	
Decreto n. 45.272	Jornal Minas Gerais, 30.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
Decreto n. 45.273	Jornal Minas Gerais, 30.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
Decreto n. 45.277	Jornal Minas Gerais, 31.12.2009	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Lei n. 9.789	DOM, 12.12.2009	Institui a Política Municipal de Coleta, Tratamento e Reciclagem de Óleo e Gordura de Origem Vegetal ou Animal.	Site www.pbh.gov.br , opção legislação

Lei n. 9.795	DOM, 29.12.2009	Altera a Política Tributária do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – e dá outras providências.	
Decreto n. 13.824	DOM, 29.12.2009	Regulamenta a notificação, concessão de benefícios e recolhimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2010, da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos – TCR, da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte – TFAT e da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – CCIP, que com ele são cobrados.	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Portaria-Conjunta nº 165/2009 -	Dje, 14.12.2009	Dispõe sobre a suspensão excepcional de férias na Justiça de Primeira e Segunda Instâncias, no ano de 2010.	1) Diário do Judiciário eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br Ou 2) Base de atos normativos do TJMG, disponível no portal www.tjmg.jus.br , opção Consulta/Atos normativos.
Portaria nº 2.388/2009	Dje, 15.12.2009	Designa data para a instalação da Comarca de São João do Paraíso. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado	
Portaria nº 2.389/2009	Dje, 15.12.2009	Dispõe sobre a recomposição das Turmas Recursais de Grupos Jurisdicionais do Estado de Minas Gerais.	

Portaria nº 2.390/2009	Dje, 16.12.2009	Dispõe sobre a extinção do Sistema de Registro Cadastral de Fornecedores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de	
Portaria nº 2.391/2009	Dje, 16.12.2009	Revoga os artigos 13 e 14 da Portaria nº 2.371, de 2006, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2009.	
Portaria-Conjunta nº 166/2009	Dje, 16.12.2009	Regulamenta o plantão nos feriados compreendidos entre os dias 20 de dezembro de 2009 e 6 de janeiro de 2010, previstos no art. 313, § 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 59, de 2001.	
Portaria nº 2.392/2009	Dje, 17.12.2009	Reajusta o valor unitário do vale-lanche e do vale refeição.	
Portaria-Conjunta nº 167/2009	Dje, 18.12.2009	Prorroga o prazo de que trata o art. 4º da Portaria-Conjunta nº 158/2009, de 1º de setembro de 2009.	

<p>EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO Nº 01/2009</p>	<p>Dje, 18/12/2009</p>	<p>O Presidente da Comissão Técnica de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, designado pela Portaria nº 2.380, de 26/11/2009, publicada no Diário do Judiciário eletrônico de 26/11/2009, de acordo com o disposto no art. 31 da Lei Estadual 11.726, de 30 de dezembro de 1994, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente ao da publicação deste Edital, se não houver oposição, serão eliminados os documentos relacionados na Listagem de Eliminação de Documentos de Arquivo nº 01/09, que se encontra na Gerência de Arquivo e Tratamento da Informação Documental deste Tribunal.</p>	
<p>EDITAL 01/2009</p>	<p>Dje 22/12/2009</p>	<p>[Abre Concurso Público para formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal da Justiça de Primeira Instância (Justiça Comum e Juizados Especiais)]</p>	
<p>CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA</p>			
<p>Tipo/Número</p>	<p>Publicação/Edição</p>	<p>Ementa/Resumo</p>	<p>Acesso ao Texto Integral</p>

<p>AVISO Nº 39/CGJ/2009</p>	<p>DJe, 16.12.2009</p>	<p>... [O Desembargador Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais avisa aos Senhores Magistrados, Servidores, Advogados, membros do Ministério Público e partes em geral que, de acordo com o art. 2º, § 1º, do Provimento Conjunto nº 07/2007, de 10 de dezembro de 2007, as Guias de Recolhimento de Custas e Taxa Judiciária – GRCTJ's – emitidas no ano de 2009 deverão ser pagas e utilizadas para distribuição até 30/12/2009. Avisa, ainda, que, para o ano de 2010, somente poderão ser utilizadas para a distribuição de novas ações ou para a prática de atos processuais as guias expedidas a partir de 04/01/2010, com base no valor da UFEMG vigente para o exercício fiscal de 2010.]</p>	<p>1) Diário do Judiciário eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p>ou</p> <p>2) Base de atos normativos da Corregedoria, disponível no portal www.tjmg.jus.br, opção Corregedoria/atos normativos.</p>
---------------------------------	------------------------	--	---

<p>PORTARIA Nº 1.010/CGJ/2009</p>	<p>DJe, 16.12.2009</p>	<p>[Art. 1º. As tabelas de custas judiciais, constantes da Lei 14.939, de 29 de dezembro de 2003, e Taxa Judiciária, constantes da Lei 6763, de 26 de dezembro de 1975, na redação da Lei 14.938, de 29 de dezembro de 2003, devidamente atualizadas em unidade monetária nacional, são as divulgadas nos anexos desta Portaria. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor 1º de janeiro de 2010.]</p>	
<p>PROVIMENTO- CONJUNTO Nº 11/2009</p>	<p>DJe, 17.12.2009</p>	<p>Altera os artigos 11 e 25, e acrescenta o art. 22-A, do Provimento Conjunto nº 7, de 10 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, da fiança e de outros valores devidos no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus e dá outras providências.</p>	
<p>PORTARIA Nº 1009/CGJ/2009</p>	<p>DJe, 17.12.2009</p>	<p>Publica as tabelas atualizadas relativas aos valores dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária</p>	

<p>RECOMENDAÇÃO Nº 15/CGJ/2009</p>	<p>Dje, 18.12.2009</p>	<p>Recomenda aos Excelentíssimos Juizes de Direito do Estado de Minas Gerais e aos Oficiais de Registro Civil que observem a norma supra, no sentido de que a destituição do poder familiar não enseja a supressão dos nomes dos genitores da certidão de nascimento de seus filhos, tendo em vista que a lei só prevê tal procedimento quando da sentença de adoção transitada em julgado.</p>	
--	------------------------	---	--

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

<p>Tipo/Número</p>	<p>Publicação/Edição</p>	<p>Ementa/Resumo</p>	<p>Acesso ao Texto Integral</p>
<p>Súmula nº 410</p>	<p>DJe 16/12/2009</p>	<p>A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.</p>	<p>Site www.stj.jus.br opção consulta, súmulas</p>
<p>Súmula nº 411</p>	<p>DJe, 16/12/2009</p>	<p>É devida a correção monetária ao creditamento do IPI quando há oposição ao seu aproveitamento decorrente de resistência ilegítima do Fisco..</p>	
<p>Súmula nº 412</p>	<p>DJe, 16.12.2009</p>	<p>A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil.</p>	

Súmula nº 413	DJe, 16/12/2009	O farmacêutico pode acumular a responsabilidade técnica por uma farmácia e uma drogaria ou por duas drogarias.	
Súmula nº 414	Dje, 16/12/2009	A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.	
Súmula nº 415	Dje 16/12/2009	O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.	
Súmula nº 416	DJe, 16/12/2009	É devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data do seu óbito.	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
Recomendação n. 28	(Publicada no DOU, Seção 1, em 17/12/09, p. 135, e no DJ-e nº 216/2009, em 17/12/09, p. 2-3).	Recomenda a implantação do Projeto Justiça Integrada nos Órgãos do Poder Judiciário.	
Recomendação n. 29	DOU, Seção 1, em 17/12/09, p. 135, e no DJ-e nº 216/2009, em 17/12/09, p. 3).	Recomenda aos Tribunais incluir nos editais de licitação de obras e serviços públicos exigência para o contratante disponibilizar percentual de vagas destinadas ao Projeto Começar de Novo	Site www.cnj.jus.br/atos do Conselho

Edição e publicação: GEDOC/COBIB em parceria com a GEJUR/CODIT

Sugestões ou críticas:
E-mail: gedoc@tjmg.jus.br